

NICARÁGUA

TRIBUNAL CONDENNA INTERVENÇÃO DOS EUA

A Igreja
Eletrônica

Página 4

No Princípio
Era a Imagem

Página 10

Liturgia e
Comunicação

Página 12

IGREJAS
E MEIOS DE
COMUNICAÇÃO

cartas cartas cartas cartas cartas cartas

Sempre ansiei estar a par do movimento ecumônico, seus avanços, esperanças e experiências práticas. É uma questão importantíssima e por demais decisiva para a eficácia da evangelização e condição indispensável, já agora, e no futuro, para o sucesso do nosso testemunho cristão.

Sinto, porém, ser um assunto muito esquecido, aqui no nosso lado do Nordeste. Há uma indiferença, quando não, rejeição, da parte de diversas Igrejas, como já foi possível constatarmos. Some-se a isto a falta de incentivo prático da nossa Igreja (Católica) por parte dos pastores. Exemplo bem claro foi a última Semana de Oração pela Unidade, quando nada se fez para propagá-la. Grande desinformação. Tentamos promovê-la aqui, no Seminário Maior, utilizando o livrinho do CONIC, para este ano. Houve um certo descaso. Lembro-me de reflexões onde se deixa parecer que a semana era de oração apenas pela unidade interna da Igreja.

Temos muito que lutar. Eu quero contribuir para esta causa. Por isto gostaria de saber o que é preciso fazer para ficar recebendo a revista "TEMPO E PRESENÇA".

**Aldery Leite de Araújo
(Fortaleza-CE)**

A revista **Tempo e Presença** continua muito boa. Gostaria de dar uma sugestão, diante da grave crise que atravessam as faculdades pú-

blicas do nosso país, vocês poderiam fazer um número especial sobre as universidades, isso daria uma força ao movimento de greve que acabou de acontecer em nosso país em termos de divulgação.

Rogério (Niterói - RJ)

Permitam-me, à priori, dirigir-lhes a minha admiração para com o material sério publicado nesta Revista **TEMPO E PRESENÇA**. De muito enriquecimento, este material contribui imensamente em aprofundamento de questões hodiernas de grande relevância e os autores, despojados de toda a presunção científica, discorrem acerca das propostas feitas com uma simplicidade e fidelidade apaixonantes.

A exemplo disto, cito o Rubem Alves. Teólogo que leva a sério as coisas, que se compromete com as gentes sofridas e acercando-se desse sofrimento, emite um pensamento que, a meu ver, quer ser o "gemiido da criatura oprimida" (para usar suas palavras). Vale dizer, esse pensar acerca de, não se faz num tom azedo, mas, reveste-se de uma poesia pé-no-chão, coisa que nos deixa a lembrar e querer imitar Gandhi... Isso é bom. E coisa boa, creio que as pessoas devem aproveitar. É isto que quero fazer agora. Desejo ter a inscrição anual da **TEMPO E PRESENÇA**, mas, gostaria de ter também os números atrasados deste ano (de Janeiro a

Setembro) e, se possível, todos aqueles de 83.

José Euclimar Xavier de Menezes (Salvador - BA)

Foi mesmo ontem, que li uma das vossa publicações: "Tempo Presença". Percebi-me do seu conteúdo, que para mim foi muito interessante, resolvi ser vosso assinante. Vai aí o cupom e espero mais notícias vossas.

José Paulino Chissende (Benguela — Angola)

Recebi esta revista publicada pelo CEDI, através de um amigo. Gostaria de fazer a assinatura da mesma. Pois gostei muito, a revista é ótima, aborda reportagens reais que o nosso país enfrenta. Pois a maioria dos jornais e revistas trazem informações ocultas, escondendo a verdade dos fatos.

Paulo Diehl (Carazinho — RS)

Com alegria lhes agradecemos pelo envio da revista **Tempo e Presença** que é formidável, aberta aos apelos da Igreja hoje e que nos ajuda a nos comprometer com a realidade que nos cerca.

Desejo que tudo esteja bem com vocês e que esta revista se propague cada vez mais a fim de que o reino de Deus seja construído e transforme a sociedade segundo o Projeto de Deus.

Irmãs do Sagrado Coração de Maria (Barro Alto — Goiás).

tempo e presença

CEDI
número 194
outubro/novembro de 1988

CEDI
Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone: 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 — São Paulo — SP

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva, Jethé
Pereira Ramalho, José Oscar
Beozzo, Rubem Alves, Zwinglio
Mota Dias

Editores
Luiz Roncari
José Ricardo Ramalho

Produção Visual e Gráfica
Sérgio Alli

Revisão e Copy Desk
Regina Hara

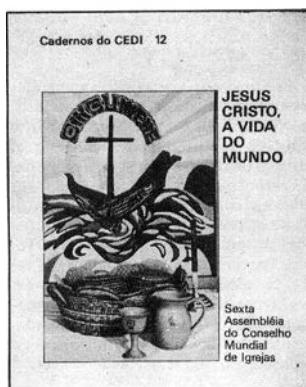
Sagarana Editora Ltda.
Av. Nazareth Paulista nº 146 —
sala 4
05448 — São Paulo — SP

Composição e Impressão:
Cia. Editora Joruês
Tel: 815-4999

Foto da capa:
Sérgio Berezovski/Editora Abri

CADERNOS DO CEDI

Assembléia de Vancouver



Os principais textos e relatos da Sexta Assembléia do CMI em Vancouver. Cr\$ 5.000

Alfabetização e Primeiras Contas



O processo de elaboração de uma cartilha para os seringueiros do Acre. Cr\$ 3.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o **CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.**

editorial

Às vésperas da escolha do novo presidente da República, vivemos uma conjuntura política que reflete estes longos anos de autoritarismo, presente no Brasil desde 1964. A começar pelas articulações e pressões que impediram a realização de eleições diretas já. Uma minoria de deputados, manipulada por uma minoria de militares que querem continuar no poder a qualquer custo, negou um desejo expresso publicamente por milhões de pessoas em comícios por todo o país.

Agora, impostas as regras do jogo de uma eleição indireta e decidida por um Colégio Eleitoral escolhido arbitrariamente, o povo brasileiro se vê diante de dois candidatos, Tancredo e Maluf, que representam mais uma vez um pacto entre as elites e sua consequente manutenção no poder. Isto não significa que os candidatos sejam iguais. Pelo contrário. Há diferenças no conjunto de forças políticas que apóiam um e outro. Enquanto Tancredo detém a simpatia da maioria, e propõe um governo de transição para a democracia, o outro, Maluf, apoiado pelos homens do Planalto, conseguiu granjear até o momento uma das maiores rejeições populares já havida contra um candidato na história do país, pela sua falta de credibilidade e métodos de aliciamento.

No momento, passamos por instantes difíceis de ameaças, perseguições, prisões e casuismos. A CNBB manifestou recentemente sua preocupação com a constante criação de crises institucionais artificiais com o intuito de evitar a alternância no poder.

E o movimento popular? Deixado de lado, mais uma vez, nesse processo político, cabe a ele continuar sua luta por mais espaços de organização e trabalho e exigir que suas reivindicações sejam incluídas e firmadas pelos políticos que têm credibilidade e defendem efetivamente os princípios democráticos e a participação dos trabalhadores na vida política nacional.

Assim, o fortalecimento das organizações populares e a luta por sua participação plena em todos os níveis de decisão permanecem como um imperativo e reafirmam nosso compromisso com setores das Igrejas e com o movimento popular, empenhados na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

- 4 IGREJAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO
A IGREJA ELETRÔNICA
Milton Quintino

- 8 IGREJA CATÓLICA E
MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Miguel Pereira

- 10 NO PRINCÍPIO ERA A IMAGEM
Luiz Roncari

- 12 LITURGIA E COMUNICAÇÃO
F. Benjamin de Souza Netto

- 14 GRUPO DE TEATRO FORJA:
CULTURA E SINDICALISMO
Tin Urbinatti

- 16 AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL: UMA
TECNOLOGIA DE MORTE?
Rogério Valle

- 19 O TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS
CONDENA AS INTERVENÇÕES DOS
ESTADOS UNIDOS NA NICARÁGUA
Heloísa de Souza Martins

- 24 Bíblia Hoje
TU DESTRUIRÁS
Carlos Cunha

CONTRA ESPINHELA CAÍDA E PROSELITISMO CRÔNICO

RA IGREJA ELETRÔNICA

O presidente Figueiredo jantou na casa do Silvio Santos, ontem. A coluna já está bem melhor. Deu na televisão... Mas o que é que o combalido general e o homem do baú têm a ver com o tema deste artigo: a Igreja Eletrônica?

O que se tem chamado genericamente de 'Igreja Eletrônica' é à utilização dos veículos de comunicação de massa eletrônicos (notadamente o rádio e a televisão) por grupos e denominações religiosas. Isso gera implicações e complicações, que incluem os dois personagens daquele singelo jantar.

Vejamos porque.

A televisão e o rádio são os veículos chamados de **media** eletrônica. **Media** (meios) identifica um tipo de sistema social de comunicação: a difusão a um público disperso e heterogêneo, a partir de uma produção profissional, com conteúdo descritivo. Em países como o Brasil persistem elementos remanescentes do sistema de relações primárias (produção hierárquica, conteúdo prescritivo).

O sistema dos **media**, apoiado no desenvolvimento tecnológico, surge em um quadro social adequado: o "da urbanização crescente, da formação de públicos de massa, do aumento das necessidades de lazer" (M. Sodré). É a cultura com caráter industrial, à venda entre outras mercadorias.

Divertir e informar, esse o código da cultura dita de massa, que leva – simultaneamente – à dispersão, por seu sentido lúdico, e ao esforço integrador de reordenar a cosmovisão de seu público. Esse 'esforço' é tão mais respeitável quando identificado a partir dos proprietários dos **media** (no Brasil, as emissoras de rádio e tv são concessões do Governo à iniciativa privada). Sodré explica assim esse sentido finalístico de inculcação ideológica:

"A Publicidade está preparada para fazer vender a todo custo, e a instituição do crédito dá ao consumidor pobre a ilusão da propriedade do

E
I
G
R
E
J
A
E
L
E
T
R
Ô
N
I
C
A

O uso cada vez mais freqüente dos meios de comunicação de massa constitui o que chamamos de "Igreja Eletrônica". Milton Quintino neste artigo levanta as questões mais essenciais para a discussão dessa prática: a transformação da fé em mercadoria, as implicações políticas e sociais dessa prática, a política de favorecimento no acesso aos meios, etc.

Milton Quintino

objeto, mantendo-o definitivamente preso em suas redes. Voltados para o lazer, ideal mítico do consumo, num país que ainda aspira ao pleno emprego industrial, os veículos de massa brasileiros desenvolvem, na maioria, uma trajetória cultural alienante e imobilista."

A operação ideológica na cultura de massa acontece pela apropriação de mitos da cultura tradicional, tomando seu suporte material (significante) e emprestando-lhe novos significados. Em nosso caso brasileiro, rico em tradição oral religiosa, o mito eleito pela cultura do mercado foi a Escatologia — desvestida da pergunta original sobre o fim de todas as coisas e travestida na compensação da angústia (= impossibilidade real do consumo) através da desgraça ou realização do outro.

No rádio dos grandes centros urbanos há exemplos de sobra: reportagens policiais em estilo Gil Gomes, Afanazio Jazadi; novelas; programas de variedades do tipo Zé Betão ou Hebe Camargo. Na televisão houve pioneiros no gênero, como Dercy Gonçalves, o Homem do Sapato Branco, Sílvio Santos e, mais tarde, sofisticações (?) que vão de "O Povo na TV", "Brasil UrGente" ao fatídico "Fantástico".

Do que foi rapidamente sintetizado até aqui fica a certeza de pisar em campo minado quem se aventura a fazer **media** (sem acento). Foi o que chamei de implicações.

Que tal agora as complicações?

Tantas quantas possam ser as explicações religiosas, econômicas e políticas para a catequese eletrônica são os grupo e programas religiosos levados ao ar através do rádio e da tv. Missas, cultos, aconselhamento, entrevistas, testemunhos, novelas, curas, hit-parade, exorcismo e até cursos para noivos. Mas há uma palavra quase mágica, denominador comum nesse santo circo de variedades: **EVANGELIZAÇÃO**. Salvo rara exceção, o significado que desvela a expressão é **CONVERSÃO PROSELITISTA**.



Foto: Irmo Celso / Editora Abril

Concentração da igreja "O Brasil para Cristo", do pastor Manuel de Mello.

O pastor Manuel de Mello — cultos diários transmitidos por 250 emissoras de rádio em todo país — diz que o veículo “é a arma mais fantástica surgida para a evangelização”. Ao que emenda o filho-assessor Paulo Lutero: “O rádio é fundamental para o crescimento de nossa igreja”. É sintomático que o título da reportagem em que os dois opinam seja MARKETING DA FÉ.

Marketing e fé, juntos, representam mais que uma categoria religiosa associada a outra, do sistema econômico. De fato, esse modelo de conversão proselitista (protestante/pentecostal) guarda semelhanças com a estratégia de marketing das marcas (veja o quadro abaixo).

Em ambos os casos trata-se de criar novas fidelidades a novos nomes (o significante do mito): talvez ao do pregador, ou à seita ou símbolos de uma

doutrina que o receptor ainda não conhece.

Da combinação destas perspectivas finalísticas (doutrinárias) com que os religiosos utilizam os media eletrônicos e dos públicos que pretendem alcançar, creio ser possível separar quatro grandes grupos:

1. Doutrinários denominacionais
2. Paraeclesiásticos e/ou avivalistas
3. Pentecostais
4. Meditativos

1. DOUTRINÁRIOS DENOMINAÇÃOIS

São os programas explicitamente vinculados a uma denominação do Protestantismo histórico. Críticos do ‘modernismo’ (secularização), enfatizam o lugar da família e têm a classe média como alvo. Seus apresentadores moldam-se a evangelistas norte-americanos de grandes concentrações (Billy

Graham, Rex Humbard): muita música, jargão eclesiástico e alinhamento aos políticos no poder.

Vale recordar o clássico — e indignado — comentário de R. Barthes à campanha de B. Graham em Paris:

“a violência e intensidade da declamação, o expulsar sistemático de todo o conteúdo racional da proposição, a ruptura incessante dos encadeamentos lógicos, as repetições verbais, a designação grandiloquente da Bíblia erguida na ponta dos dedos como o abre-latas universal de um ‘camelo’ e sobretudo a ausência de calor humano, o desprezo manifesto pelo outro, todas estas operações fazem parte do material clássico da hipnose de music hall... foi apenas um episódio maccarthista.”

O pastor Nilson Amaral Fanini — estrela semanal em 88 emissoras de tv e 43 de rádio, mais 50 mil exemplares mensais do jornal Reencontro — afirma que “a Igreja, os princípios são eternos, mas os métodos devem ser sempre atualizados”.

2. PARAECLESIÁSTICOS E/OU AVIVALISTAS

Este tipo abrange movimentos que não chegam a se institucionalizar ou, se o fazem, organizam-se como missões e obras assistenciais. São radicalmente conservadores, criticam as religiões ou denominações estabelecidas por seus ‘desvios’ e enfatizam o lugar da emoção na fé, “sem exageros”.

Seus líderes trazem os tiques dos apresentadores de auditório em programas de variedades. Exemplos característicos: Jimmy Swaggart, Clube dos 700 e grupos transnacionais. Uma versão diferente e brasileira, misto de protestantismo-catholicismo-espiritismo, foi Alzirô Zarur (filho de imigrantes sírios, ironia do destino...):

“(Alzirô)... engendrou uma miraculosa ‘cornucópia da fé’ — a Legião da Boa Vontade (LBV). Essa entidade por ele criada a partir de um programa radiofônico nacional, que ultrapassou as 33000 emissões, é atualmente representada por um patrimônio de 6000 imóveis e vive de donativos de seus ‘legio-

Conversão proselitista e marketing

CONVERSÃO

Deus te ama e tem um plano para você

Clima de atenção

Você pecou e deve ir para o inferno

Desestabilização do quadro de referência

Mas há uma saída

Nova referência de resgate

Depende só de você

Ato voluntário

PROPAGANDA

Clima de sugestão

Identificação de uma ‘necessidade’ não suprida

Apresentação da ‘resposta’

Ato de compra

Milton Quintino é metodista, publicitário e jornalista.

nários' e simpatizantes... Zarur era capaz de 'benzer' copos de água colocados junto aos aparelhos receptores, de distribuir milhares de pratos de sopa às populações mais pobres da periferia do Rio de Janeiro... também montou abrigos para velhos, orfanatos, creches, ambulatórios e até cursos profissionalizantes em todo o país, em torno dos quais fez amplo estardalhaço..."

Hoje a "cornucópia" tem estúdios próprios de televisão e leva diariamente ao ar cinco minutos de programação, via satélite, pela Rede Bandeirantes. O slogan cunhado por Zarur foi incorporado ao folclore nacional: "JESUS ESTÁ CHAMANDO".

3. PENTECOSTAIS

Abundam nas rádios, entremeando causos de conversões e curas milagrosas a canções religiosas de solistas e duetos. Estabelecem pontes diárias entre as "casas da bênção" (ou similares) e a casa de um público nem sempre fiel em assiduidade às reuniões no templo. Ajudam no "crescimento da igreja", como disse o filho-assessor de Manuel de Mello.

A audiência desse programa é, evidentemente, de extração popular, em especial os imigrantes. Luiz Beltrão interpreta que "existe uma profunda dose de protesto e contestação contra a cultura burguesa e a religião dominante e uma luta estabelecida para defender o seu patrimônio. É uma necessidade de sobrevivência. Lutam e se opõem pelas razões que têm para viver, pela ideologia e cosmovisão que usam para interpretar o mundo". E diz do líder carismático:

"Os métodos e técnicas de conduzir as massas crédulas do hinterland nordestino foram os da pregação, do conto maravilhoso e da ação em comum

(trabalho/oração). Ora, a cultura sertaneja é fundamentalmente memoriaística, oral, resumida em máximas, normas de conduta sintetizadas, 'causos' e estórias contadas ao pé do fogo, em que se misturam figuras de mortais com espírito e fantasmas, condenados e santos, exóticos duendes mitológicos e indivíduos que sofrem tormentosas mutações porque violaram a lei, anjos e almas-do-outro-mundo, portadores de avisos, de Deus e do Diabo. O povo gosta de ouvir objurgatórias e promessas: a sua formação espiritual, inspirada no catolicismo medieval, se fundamenta antes no julgamento do que na misericórdia divina. Desconhece a dúvida e é infenso a doutrinas abstratas. Movem-no idéias simples e imagens concretas, sobretudo se levam uma boa carga emocional."

Mais no fundo do mistério que sustenta esse ministério eletrônico, está uma dimensão da experiência religiosa relegada na teologia ocidental (O'Dea): o mundo mítico. Ele é a arma de resistência da cosmovisão messiânica popular, potencial e virtualmente explorada por líderes populistas.

A "Igreja de Graça", por exemplo, está sediada no Rio de Janeiro e tipifica suas reuniões a partir da 'bênção' específica do dia: o santo lenço abençoado, o cálice da prosperidade, as pétalas vivificantes... simpatias sacralizadas que atraem gente aos templos e ofertas à "missão". Sinal dos tempos: num de seus programas matinais, o missionário-mor e apresentador da Igreja-da-Graça-pela-tv foi enfático:

— Maluf ou Tancredo, não importa quem vença, desde que consiga acabar com esta crise. Caso contrário não temos como manter nosso programa no ar...

4. MEDITATIVOS

Fazem parte do que chamei de rara exceção: programas de curta duração, mensagens sem jargão e articuladas com inquietações muito próximas do cotidiano do cidadão médio. Vão do pastoral-analítico ao crônico-político e têm sua fatia de audiência na classe média.

Exemplos: Rev. Borges (rádio) em São Paulo, Jonas Rezende (tv) no Rio de Janeiro. No Sul, há a Igreja Luterana (IECLB), proprietária de 5 emissoras de rádio que veicula 95% de sua programação em jornalismo e música, sem proselitismos.

A Igreja Católica é um caso à parte. Tem geralmente horários gratuitos nas emissoras, que utiliza para transmissões litúrgicas e sacramentais. As inovações que vem experimentando, no campo didático e pastoral-doutrinário são reflexo já da elaboração de uma política de comunicação e do acirramento da disputa pela influência na CNBB e na América Latina.

Tal fé, tal credo

Qual é, afinal, a pergunta pertinente que a utilização dos veículos eletrônicos de massa por grupos religiosos coloca?

Para quem acredita que o pano de fundo das inquietações filosóficas é a democratização das relações sociais, para quem vê nas inquietações filosóficas dimensões escatológicas e na democracia o primado da informação que circula livre, para os que fizeram da sua experiência com o Espírito um paradigma de liberdade, cabe perguntar: como vincular a religiosidade de grupos culturalmente marginalizados a novas tecnologias de preservação e difusão cultural?

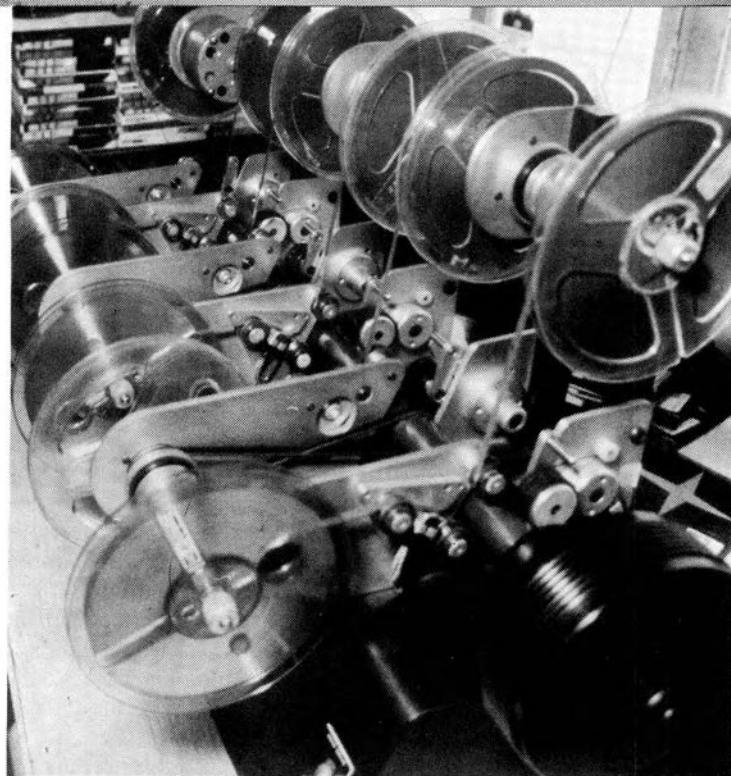
É uma questão, antes que acadêmica, existencial. Basta notar que os melhores filhos de anos 1950/60 hoje estão dedicando a ela sua vida de trabalho. Do lado protestante, por motivos óbvios, em Sociologia e Antropologia da Religião. Os católicos, também obviamente, atrás de uma Pedagogia da Comunicação (CEBs). A cultura é o nó da religião/comunicação.

Aqui teríamos ainda muito pano pra manga...

Mas é preciso distinguir essencialmente comunicação de propaganda. Superar o que Paulo Freire chamou

Foto: Wagner Barber/Editora Abril





*Estúdio da rádio
"A Voz da Profecia",
da Igreja Adventista do 7º Dia
do Rio de Janeiro.*

Foto: Ricardo Haynes/Editora Abril

"cultura do silêncio e educação bancária" e recuperar no diálogo sua natureza de aproximação das pessoas e recriação do mundo. Muniz Sodré ainda aponta outro horizonte, quando fala da atitude "progressista" perante o cordel:

"A 'tomada de consciência', através do conhecimento exato do mundo, seria o caminho para mudanças sociais ou para o triunfo racionalista do espírito. (...) Daí a vocação das consciências progressistas: seria preciso salvar as massas, injetando-lhes finalidade e ra-

zão, conscientizando-as, em suma. (Mas)... as massas populares cristãs sempre foram seduzidas pelos ritos eclesiásticos, pela forma dos espetáculos, e não por qualquer verdade universal da Igreja ou qualquer finalidade atribuída..."

A disseminação do video-cassete, das produtoras independentes, da televisão por cabo, das rádios-piratas traz um prenúncio de novas possibilidades. Trata-se de encurralar a dominação, a ortodoxia, o totalitarismo e não apenas inverter o sinal da 'intenção'.

Benza Deus!

O pastor Fanini ganhou a concorrência para um canal de tv (13) no Rio de Janeiro através de uma decisão do Governo considerada, no mínimo, estranha. Nada demais, já que a TVS — do Silvio, aquele do bau, aquele do jantar — também foi "ganha" estranhamente. Só que o pastor explica pela 'fé': "Se o apóstolo Paulo vivesse hoje, fatalmente usaria os meios de comunicação". Se os meios de comunicação fossem concessão do Império Romano, duvido que ele conseguisse. A não ser que fosse o Paulo árabe, aquele outro.

Os evangélicos e os jornais

J. B. Nunes

Os jornais são os meios mais freqüentes usados por todas as denominações e organizações evangélicas, cerca de 52 periódicos em todo Brasil. Poder-se-ia fazer inclusive um estudo sociológico desta questão, procurando detectar o porquê desta exclusividade do uso de jornais entre evangélicos. É verdade que é um meio relativamente simples, sem tantas complicações como a TV. Mas é verdade também que dificilmente os jornais que circulam entre evangélicos no Brasil podem ser considerados como jornalismo, com exceções é claro. Ocorre que dificilmente se trabalha em cima dos fatos e o que se vê, é uma seqüência interminável de artigos escritos por pastores. A disposição das matérias em geral não obedece critérios, sendo jogadas nas páginas

desprovidas de qualquer ordem pré-estabelecida. Vale destacar, no entanto, o jornal metodista (O Expositor Crístico), o jornal da Igreja de Confissão Luterana (Jornal Evangélico) e o jornal da Igreja Presbiteriana Independente (O Estandarte).

Também é comum "pintar" o cristianismo a partir da visão da denominação e por isso, já se disse, que se fôssemos fazer história da perspectiva dos jornais evangélicos provavelmente concluiríamos que já vivemos no paraíso.

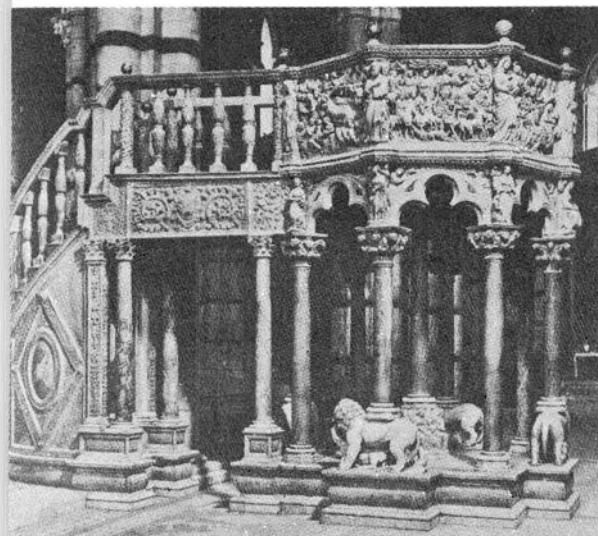
Outro tipo de jornalismo feito por evangélicos é escrever textos para saírem nos jornais ditos "seculares". Isso ocorre principalmente no jornal do in-

terior, carente que é de material para suas edições.

Há também um fenômeno acontecendo hoje entre a chamada "grande imprensa" e as igrejas evangélicas. Alguns anos atrás, dificilmente notícias evangélicas transpunham os seus próprios muros e eram publicadas ou divulgadas nesses meios. A Igreja Católica, por anos, manteve por assim dizer, o monopólio nesses meios de informações. Hoje é comum ver em qualquer jornal ou revista os evangélicos como notícias ou participando através de entrevistas a jornais ou programas de TV, debatendo ou emitindo opiniões. Acontece que provavelmente a imprensa descobriu que há um representativo grupo chamado evangélico, consumidor de notícias e gerador delas.

Igreja Católica e Meios de Comunicação

Miguel Pereira



Púlpito da Catedral de Siena, século XIII

Há uma consciência na CNBB de que os meios de comunicação da Igreja Católica devem se voltar para uma evangelização que transforme e liberte o homem brasileiro da condição de opressão a que está submetido. O problema é que a própria CNBB não tem qualquer meio de comunicação. Apenas seus boletins e documentos são editados sob sua responsabilidade. Ela evidentemente apóia muitas iniciativas e procura refletir o pensamento da Igreja no domínio da comunicação. Aliás, é este o seu papel. De algum modo são os bispos brasileiros em seu conjunto que definem as linhas pastorais da Igreja no Brasil. Cabe à presidência e seus componentes implementar o que durante as Assembléias Gerais é decidido. Assim a CNBB instituiu um setor de comunicação que por sua vez criou uma equipe de reflexão que se reúne de quatro a seis vezes por ano. Esta equipe de especialistas assessorava o setor de comunicação da CNBB, e, por conseguinte, a própria Conferência. Foi desta equipe que este ano saiu a já famosa "carta aos comunicadores" que causou tanta polêmica. Além disso, a CNBB apóia também organizações nacionais, filiadas a outras internacionais, que tratam da comunicação social sob diferentes formas. As principais são: UCLAP (União Católica Latino-Americana de Imprensa), UNDA (Organização Católica Internacional de Rádio e Televisão), OCIC — Brasil (Organização Católica Internacional de Cinema e Audiovisual), UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social) e outras. Através desses organismos, a CNBB estimula a ação pastoral no setor.

Também no que diz respeito aos meios de comunicação da Igreja, a CNBB não tem qualquer ingerência. Eles geralmente pertencem a uma congregação religiosa ou a dioceses e paróquias. Não têm, portanto, vinculação com a Conferência dos Bispos. Mas, dentro de um espírito de colaboração, alguns desses meios se colocam à dis-

posição da CNBB no sentido de transmitirem sua mensagem. É o caso, por exemplo, da rádio Aparecida, uma das mais potentes e bem montadas emissoras do Brasil. Ela transmite no seu noticiário um boletim com as notícias que a Conferência considera mais importantes.

Comunicação e Pastoral

Pode-se dizer também que com o apoio da CNBB, a Verbo Filmes, produtora de cinema sediada em São Paulo, da Congregação do Verbo Divino, vem realizando um trabalho de caráter pastoral com a realização de filmes sobre temas catequéticos, vocacionais e testemunhais. Tem sido também a Verbo Filmes que vem realizando os últimos filmes da Campanha da Fraternidade, que indiscutivelmente é um dos eventos mais importantes da Igreja no Brasil pela mobilização que consegue imprimir.

Porém, de fato, os meios de comunicação que estão em poder da Igreja têm orientações diferentes em função das dioceses ou congregações a que pertencem. Há editoras, como a Vozes de Petrópolis, que buscam uma linha editorial comprometida com as problemáticas mais agudas da realidade brasileira e internacional, tanto no campo de religião, como no das ciências humanas. Pode-se também falar que as Paulinas atuam de uma maneira bastante pluralista mas indiscutivelmente estão comprometidas com essa mesma realidade. Existem ainda centros produtores de vídeo, programas radiofônicos, produtoras de discos, jornais, revistas, etc. Um verdadeiro sistema de comunicação que, porém, não possui maior eficácia devido à dispersão, à desorganização e à falta de comunicação entre os diversos setores que o administram. Talvez essa diversidade de orientações venha mesmo a ser o desejável, uma vez que o objetivo é não se contrapor aos grandes meios de comunicação, mas realizar uma comunicação mais voltada para os interesses locais, e,

portanto, resistente à massificação.

Neste sentido aliás, a CNBB e os organismos de comunicação por ela aceitos, vêm apoiando os princípios da NOMIC, (Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação) e produzindo documentos da mais alta relevância para o desenvolvimento de uma nova consciência nacional e mundial no que diz respeito a problemas como a democratização da informação, as novas tecnologias de comunicação que estão a serviço dos poderosos e não dos povos oprimidos, enfim, a comunicação como instrumento de libertação integral do homem. Essa reflexão está inserida na realidade Latinoamericana de Igreja. Acabou de sair, pela Vozes, o primeiro ensaio sobre a teologia da comunicação intitulado "Para uma teologia da comunicação na América Latina". Este texto é fruto de uma longa reflexão envolvendo teólogos, bispos e entidades de comunicação do continente. A perspectiva do documento é no sentido de dar suporte de princípios teológicos a uma comunicação inserida na luta de libertação popular.

Comunicação e as Seitas

Este esforço não é evidentemente homogêneo. Alguns setores da Igreja usam os meios de comunicação ainda de maneira mais tradicional. Em muitos casos este uso é perfeitamente justificável, como em exemplos em que o rádio transmite programas específicos para os doentes. O fato é que a Igreja no Brasil ainda tem muito a fazer em matéria de comunicação. É indiscutível

o grande desenvolvimento da comunicação popular realizado através das comunidades eclesiais de base, principalmente. Entretanto, a Igreja ainda não demonstrou suficiente competência para fazer frente às distorções que os meios de comunicação de massa mais tradicionais impõem à população brasileira. Casos como o conflito gerado pela polêmica em torno da Teologia da Libertação, acabaram gerando visões extremas, e perdeu-se um pouco do que de mais profundo existe na discussão. Assim, os meios de comunicação realizam uma visão apenas externa do problema, procurando criar as imagens de mocinho e do bandido, e não uma discussão que colocasse os problemas ao alcance de qualquer leitor e espectador.

Enquanto esse terreno não é coberto pela Igreja, as seitas que proliferam com gordos financiamentos em dólares, vão aos poucos invadindo o terreno da comunicação para realizar o seu proselitismo fanático levando à alienação o povo desesperançado diante do caos político, econômico, social e cultural em que vivemos. Saídas existem. E uma delas, sem dúvida alguma, está na união dos que comungam os mesmos ideais e que lutam pelas mesmas causas. Um ecumenismo quente e abrangente para fertilizar a vida de uma sociedade que precisa encontrar saídas, tanto na imanência como na transcendência.

Miguel Pereira é Diretor do Depto. de Comunicação Social da PUC/RJ e membro da equipe de reflexão do setor dos meios de comunicação da CNBB.

LEIA: um presente inteligente

Do inédito ao insólito, da literatura à imprensa internacional, da produção científica aos quadrinhos. Tudo nas páginas de LEIA.

Dê LEIA de presente aos seus melhores amigos e ganhe descontos proporcionais ao número de assinaturas.

1.ª assinatura: Cr\$ 18 mil, 2.ª assinatura Cr\$ 15 mil, 3.ª assinatura: Cr\$ 9 mil.
4.ª assinatura: Cr\$ 5.400,00.

Disque (011) 815-3755 ou escreva à Cia Editora Joruês. Rua Pinheiros, 928. Cep 05422. SP.

No Princípio Era a Imagem...

A entrada das Igrejas na TV se defronta com um grande obstáculo: como transformar sua herança do Divino, as palavras do Evangelho, na linguagem adequada da mídia, em imagens. Por outro lado, se não conseguir se fazer presente nas telas, deixará de participar do mundo criado pela TV, um mundo quase à parte que forma hoje o imaginário da maior parte da população. Este artigo pretende apenas levantar algumas indagações sobre um tema que se faz cada vez mais atual.

Luiz Roncari

O que não sai na TV não existe. Quando a Rede Globo omitiu das telas os comícios pelas eleições diretas, aconteceu um fato inédito: pela primeira vez os telespectadores se revoltaram contra a imagem do mundo que o aparelho veiculava (não existe na TV nada equivalente à seção dos jornais de **cartas dos leitores**). Não aparecia ali um acontecimento que pelas suas proporções — milhares de pessoas nas ruas e nas praças — tinha sido muito evidente e não era possível ocultar. O telespectador, se não tinha participado diretamente, ficou sabendo de alguma forma, independente da TV, e agora queria suas imagens. Diante da frustração e indignação geral e das reações levantadas contra a emissora, ela não teve outra alternativa senão rever sua decisão de criar um mundo sem comícios pelas eleições diretas. Esse fato desnudou para parcelas importantes da população o poder que a TV, enquanto meio de comunicação, tem de confundir o real com sua imagem deformada. O mundo passa a ser a imagem que um canal de TV projeta a seus telespectadores, à sua medida e à sua vontade, e

o que é pior, sem que a sociedade tenha qualquer meio de controle ou de responsabilizar seus donos pelas deformações ou manipulações exercidas.

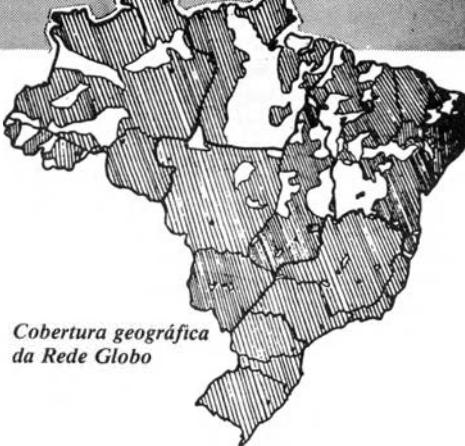
Se o fato dos comícios estava muito aparente e não pode passar em branco, nos perguntamos quantos fatos de importância mais relativa deixaram de ser noticiados e quantos outros sem maior significação não os substituíram? E tudo passando desapercebido, de tal forma que não pudemos nem nos indignarmos ou reagirmos.

A linguagem das imagens

Com esse universo de imagens criado pela TV, passamos a nos relacionar com dois mundos: um, o do real com que nos envolvemos próximo ou diretamente; e, outro, o das imagens criadas pela TV. Acontece que, se nas nossas relações diretas o elemento de mediação com o outro são as **palavras**, na relação com o grande mundo da TV o elemento de mediação são as **imagens**. A palavra tem uma importância muito pequena para a mídia eletrônica, sua linguagem é essencialmente construída com imagens; tanto que se aperfeiçou

ao máximo os sistemas de transmissão e recepção de imagens, colorindo-a e melhorando ao extremo seu grau de definição, mas só agora alterou-se em alguma coisa seu sistema sonoro, com a entrada no mercado de aparelhos em Hi-Fi. A voracidade do meio é tal que até as músicas agora se tornaram dependentes ou quase acessórios das imagens, com os videoclips, em que o espetáculo concentra-se na sucessão e possibilidades criativas das imagens, e a música cumprindo uma função paralela, talvez secundária, de suporte e articulação da criação visual. A nova música já não independe mais de seu fantasma, quer dizer, das imagens ligadas a ela, e não são mais o rádio ou o disco seus principais meios de divulgação e promoção, mas a TV.

O que nos importa aqui é o seguinte: se Deus quiser existir, tem que aparecer na TV; e se quiser se fazer ouvir, não é mais suficiente a **palavra**, ela tem que converter-se em imagens, se quiser participar desse outro grande mundo criado pela mídia eletrônica. Num primeiro momento, tudo levar a crer que a TV veio para paganizar o mundo e des-



Cobertura geográfica
da Rede Globo

tronar o verbo, com sua determinação: no princípio era a imagem, o ser e não o seu conceito.

As novas marginalidades

Essa é a questão, colocada a partir do momento em que o meio ampliou extensiva e intensivamente seu grau de penetração. Esse movimento criou novas franjas de marginalidade. O país todo é hoje coberto pelas redes de TV (v. mapa), tornando-se marginais as áreas ainda não atingidas, que são as zonas rurais, principalmente do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e as camadas de mais baixas rendas. A cobertura não é apenas horizontal, mas também vertical, de alto a baixo as diferentes camadas sociais têm acesso às suas imagens. Com uma população de 132 milhões de habitantes, existem 22 milhões de aparelhos de TV funcionando, atingindo 75 por cento dos indivíduos (1). Os que não "participam" de tal tipo de informação, os indivíduos de mais baixa renda, vivem a sensação de marginalidade. E a penetração dos sinais eletrônicos é profunda no indivíduo, quer dizer, seu **imaginário** é formado principalmente pela TV, mas que pelas palavras, assim acredita mais nos poderes mágicos criados pelas técnicas associativas e analógicas dos comerciais e sonha com o mundo fantástico das imagens, que nos valores pregados pelas palavras. A esfera do conceito fica com isso também marginalizada pelo colorido e brilho das imagens.

Diante dessa realidade, a luta pela existência é a luta pela presença no espaço do vídeo. Ela não acontece apenas entre os produtos concorrentes, marcas, empresas, políticos, partidos, artistas, Igrejas, ela atinge também a massa de indivíduos anônimos, em que cada um gostaria de ver pelo menos um segundo sua cara no vídeo. Seria como se apenas a partir daí teria sua existência reconhecida, como indivíduo identificável, não mais como massa, entraria para o mundo das imagens, dos **uns**, das pessoas com cara e identidade, seres distintos, dos que vivem a vida dos sonhos, a utopia.

A cultura das imagens

Mas uma utopia sem Deus, pelo menos enquanto não se achar um meio de transformar sua mensagem em imagens. É este o maior problema que as Igrejas enfrentam para entrar na TV: o Divino deixou sua herança em palavras quase que intraduzíveis em imagens. Isto vale particularmente para as Igrejas protestantes, cuja origem está também na recusa das imagens e com isso não desenvolveram uma cultura visual, sua "imagética" é muito pobre. Firmaram-se mais que a Igreja católica na pregação da Palavra dos Evangelhos, a partir de púlpitos ascéticos, sem vitrais, esculturas, pinturas e mobiliários ricos como décor e cenário. A pobreza dos acessórios tornará mais difícil o trânsito dessas Igrejas na TV. Não basta um pregador sereno, por mais brilhante que seja, se não tiver movimento e rapidez, se tornará maçante. Os poucos que tiveram sucesso foram alguns pregadores negros americanos, que conseguiram desenvolver junto com a pregação um movimento de dança acompanhado de uma gestual exuberante. Mas tinham que variar o cenário, tinham que sair das igrejas para não se repetirem, e foram pregar em praças públicas, manifestações pelos direitos civis, passeatas de protesto, comícios etc. Passaram a aparecer mais como notícia e agitadores de campanhas específicas que pregadores da Palavra: esta só adquiria sentido na medida em que se transformasse em **ação**, o que é próprio da imagem.

A Igreja católica mantém uma vantagem sobre as protestantes nesses dois campos: no domínio da linguagem das imagens e na intervenção no campo da política e do social. Os templos católicos já se constituem em cenários riquíssimos para o passeio das câmaras, de

modo que não precisem ficar fixas nas imagens do pregador ou dos fiéis e possam percorrer a infinidade de campos visuais que possibilitam seus interiores (ainda assim limitados, a capela Sixtina não suportaria mais que meia dúzia de missas seguidas sem se desgastar). Outro elemento de apoio é o ritual católico, também pensado como "espetáculo" e onde o sermão ocupa apenas uma parte. Mas foi a forma de intervenção da Igreja católica nas questões sociais e políticas depois do Concílio Vaticano II que a colocou no vídeo. Como Igreja, com todo seu poder de impacto, seus membros, da hierarquia ou simples fiéis, surgem na televisão como agentes, os que procuram **realizar a palavra**, mais que pregá-la. Com a reação de João Paulo II, embora ninguém tenha levantado esse fato até agora, substitui a ação das bases pela dele próprio como o executor da Palavra, através de suas viagens. Elas produziram muito mais imagens e notícias que qualquer outro fato da atualidade desde a guerra do Vietnã.

A ilusão do mundo celeste

As Igrejas evangélicas que criaram a chamada "Igreja Eletrônica" simularam um pedaço do céu, já que não podiam mostrar a face do Senhor. Ao invés de produzir notícias como a católica através das viagens do Papa, criaram espetáculos celestes, imagens da Palavra já realizada. Se o mundo das imagens da TV já é um mundo edulcorado e com os conflitos sublimados, os efeitos da parafernália eletrônica são usados para acentuar a farsa nesses programas dos evangélicos, para criar a **ilusão do mundo celeste**, com nuvens claras, luzes, órgãos e trombones anunciantes, sorrisos ingênuos, cores azuis e rosas, e, de quando em quando, algumas frases curtas e bombásticas do mestre do Olimpo, em que já não é a voz do pregador, mas poderia ser a do próprio Deus ou no mínimo de seu anjo. Sacrifício? Não, apenas o pastor deixou de ser o representante e portador da palavra, para ser o ator (o que faz o papel de) e o portador da voz, que apenas conclui e enfatiza o que as imagens já disseram.

(1) dados e mapa extraídos de **Midia & Mercado 1984** — SSC & B: Lintas Worldwide.



“O espaço-tempo próprio à Comunicação com o Divino não é neutro nem impessoal, mas comunitário. E ele a Igreja como Assembléia... O que, aqui, se pergunta, é se os modernos meios de comunicação de massa são aptos para servir às Igrejas em suas manifestações litúrgicas, não se eles são aptos para as servir em outras manifestações quaisquer”.

LITURGIA E COMUNICAÇÃO

F. Benjamin de Souza Netto

O espantoso e sempre mais amplo desenvolvimento dos Meios de Comunicação de Massa representa um desafio para as Igrejas. Instâncias representativas porque depositárias e produtoras de um Saber a ser posto em Comum, não puderam Elas escapar à sedução de tais Meios nem dar-se ao luxo de os considerar desnecessários para o essencial de suas atividades. Ao contrário, sempre mais e, talvez, já sem um mais rigoroso discernimento, são eles empregados e deixam as marcas de sua eficácia específica na Vida das Comunidades. Todavia, tal uso não pode ampliar-se sem a definição de critérios e limites. A necessidade e urgência de os estabelecer alcança o seu clímax no que concerne à Liturgia, ao menos para as Igrejas do Oriente, a Igreja Romana e a Episcopal. Com efeito, em tais Igrejas a Liturgia se celebra segundo uma concepção que estudos recentes revelaram ser coessencial à própria Idéia de Igreja.

“A idéia de uma Comunicação real com Deus no Cristo, um saber consciente, formou o núcleo originário do Realismo Sacramental Cristão”.

Um Estudo em profundidade do Espírito da Liturgia revela que, para as referidas Igrejas, esta não se concebe

como uma simples “Representação” da Fé, exterior e inessencial e nem mesmo se expressa adequadamente como o simples Obséquio do Homem a Deus. Expressão do Homem como Ente Simbólico, quer Ela ser a Forma orgânica de sua relação com o Divino, a um só tempo exterior e comunitária, desveladora e eficaz. A sua compreensão se inscreve em uma Teologia para a qual a História é uma Cosmogênese em expansão, que tem em Deus o seu Fim perfectivo, o seu “Telos”, e no Homem o princípio de sua Síntese a partir da Humanidade do Cristo e por esta sobrelevado. A História aparece-lhe como a procura da perfeita consistência e como a etapa superior na Cosmogênese: Ela assim aparece como um todo mas, neste todo, a sua forma por excelência é a Iniciação. É verdade, no curso dos tempos e, em especial, desde a Idade Média, o caráter iniciático das Igrejas cristãs foi em parte diluído e em parte submerso nas formas sociais, coletivas e privadas, da Vida Religiosa, tornando-se em grande escala inaparente. Há poucas manifestações religiosas menos conscientes do caráter iniciático do Cristianismo do que as expressões religiosas das Classes Médias contemporâneas, que, em suas camadas superiores, tendem a fornecer a toda a Sociedade os seus padrões (é a parte que lhe deixa a Burguesia). Toda-

via, nelas não se esgota a Vida religiosa de um Povo, nem podem elas subtraírem-se à força da História que as formou.

Em verdade, a concepção do Cristianismo como Religião de Mistério e, portanto como Religião Iniciática, foi, nos primeiros séculos, popular, no sentido de ter sido compartilhada pelo conjunto da população cristã. Entende-se, aqui, por Religião de Mistério precisamente aquela cujas Verdades Supremas, objeto de Revelação, são, no Culto, subministradas aos fiéis sob a forma de uma Iniciação que é uma verdadeira gênese, um processus vital que leva a uma Comunhão de Vida com a Divindade. Nas, mesmo que a plena revelação das Verdades Maiores se reserve a uma outra Vida, é essencial a “consciência”, isto é, o Saber explícito, que o adepto adquire a respeito de seu Deus e da Economia Salutar por Este instaurada. No Cristianismo, tal Iniciação abriu-se por igual ao conjunto dos que postulavam a Fé, sendo desde cedo rejeitadas as tendências para um elitismo “gnóstico”, que reservava a simples Fé ao cristão comum e a “Gnose” a um círculo restrito. Com isto, a idéia de uma Comunicação real com Deus no Cristo, a com-

F. Benjamin de Souza Netto é monge beneditino, professor de Filosofia da PUC-SP e assessor teológico do CEDI.

preender um Saber consciente, formou o núcleo originário do Realismo Sacramental Cristão. Passados séculos e, principalmente, diluídas e dissociadas as formas antigas de Vida religiosa no elemento da sensibilidade e da organização social das culturas europeias, em especial as galo-germânicas, foi exatamente este Realismo que sobreviveu, formalizado na linguagem das Escolásticas e a impregnar, muitas vezes sem expressão conceitual, as práticas religiosas do Povo.

É nestas Práticas que, ainda hoje, se pode deparar com os vestígios da antiga Iniciação, descaracterizada a um nível ritual e protraída no Tempo quanto à sua efetividade. O Sacramentário Popular é certamente mais amplo que o oficial, que engloba a seu modo e não deixa de privilegiar. Antes de tudo, é Ele realista, no sentido de reconhecer à ação religiosa em geral e ao Rito em particular o poder de instaurar a Comunicação com o Sagrado. Sem dúvida, não há a preocupação de uma adequada expressão conceitual, a não ser quando intervém o agente pastoral oficial, desde o Bispo ao Leigo "formado", isto é, clericizado. Com o Realismo Sacramental, o que se preserva é o sentido da existência como Cosmogênese superior a tudo o que, se recebesse uma expressão conceitual, seria reputado simplesmente físico. É claro, isto ocorre de forma difusa e confusa, não ficando excluída a possibilidade de se insinuar um certo maniqueísmo, que teria por solo fértil toda a oposição muito acentuada entre a Vida presente e a futura. Mas há vestígios também de tendências no sentido de uma unidade maior.

"O conceito de Pessoa é a chave que abre à compreensão o universo sacramental".

Se se procurasse uma expressão capaz de dar conta deste Realismo Religioso, certamente esta seria a que o caracterizaria como um modo de ser metafísico. Ter procurado revestir o Sacramento de um realismo também físico, porque visível enquanto sinal, foi o obstáculo face ao qual capitulou a Teologia escolástica dos Sacramentos. Não é, porém, isto o que, no momento, cabe considerar. O desafio que agora se põe não é o de se dar uma explicação que satisfaça as exigências de uma certa racionalidade, mesmo porque, para muitos, trata-se do inexplicável. O que importa aqui é que o realismo da cosmogênese sacramental é conatural às formas eclesiais assumidas pela Religião Cristã. Mais precisamente, o espaço-tempo próprio à Comunicação com o Divino não é neutro nem impersonal, mas comunitário. É ele a Igreja como Assembléia. Certamente, há lugar para o particular na prática religiosa, mas não divorciado de um profundo sentimento do comunitário: é no todo deste que aquele encontra o lugar de sua eficácia. A Religiosidade popular é aberta ao pessoal e, neste, ao singular, mas seria ir longe demais julgá-la, por isto, individualista.

Certamente, falta um estudo de Campo mais completo da prática religiosa popular. O que aqui se afirmou e afirma depende de uma observação ainda parcial, mas já suficiente para se divisar a preservação do eclesial como domínio das relações e da ação inter pessoal. O conceito de Pessoa é a chave que abre à compreensão o universo sacramental. Não foi por acaso ou por acidente que este conceito desceu do alto da Santíssima Trindade, a cuja discussão e expressão serviu, para, através de seu uso na Cristologia, tornar-se o conceito fundamental da Antropologia Cristã. Ser um Ente pessoal — e não apenas o indivíduo de uma espécie — é o que o Homem tem de comum com Deus. Ora, é no interior da Economia Sacramental que, iniciado, o Homem alcança a efetividade do seu ser pessoal. A Conversão, a Profissão de Fé e a Comunhão são os momentos de uma transformação que é procura da própria identidade. Todo este movimento

se passa "na" Igreja, como seu espaço-tempo vital, e tem por arquétipo a unidade do Divino e do Humano na Pessoa do Cristo.

Em suma, eis o que se pode divisar de comum entre a Igreja Antiga e o que se chamou o Realismo da Religiosidade popular contemporânea, ao menos para as Igrejas acima aludidas. Sem dúvida, o que se disse peca por ser em excesso sintético e pede expressão mais



explícita. Mas já é suficiente para se poder explicitar o problema. O que, aqui, se pergunta é, se os modernos meios de Comunicação de Massa são aptos para servir às Igrejas em suas manifestações litúrgicas, não se eles são aptos para as servir em outras manifestações quaisquer. O que se quer saber é se eles contemplam um tal Realismo, como cosmogênese e interação pessoal. Uma adequada formulação desta questão passa forçosamente por um problema teórico mais radical: em que medida o "Mistério", tal como foi acima compreendido, não seria, em tais meios, substituído pela "Representação"? Se isto ocorresse, seria instaurada uma oposição que romperia a relação entre o "Mystes", o iniciado, e o Sagrado, o Mistério. A questão é tanto mais grave quanto a idéia de Representação é decisiva para toda a Filosofia e para a própria Praxis dos Tempos Modernos.

Fica, de qualquer modo, formulada a questão.



Cultura e Sindicalismo

Tin Urbinatti

O Grupo de Teatro Forja nasceu da sensibilidade de alguns sindicalistas para a importância da cultura nas lutas operárias. Em 1979, em meio às greves e após a intervenção federal no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a diretoria resolveu encampar e estimular a iniciativa de alguns metalúrgicos que se juntaram com o objetivo de fazer teatro.

O Grupo de Teatro Forja constituiu-se basicamente de operários metalúrgicos definiu-se, desde seus primeiros momentos, por uma arte que colocasse em questão os problemas e necessidades vivenciadas pelos trabalhadores. O teatro que deveria ser desenvolvido, teria como preocupação maior os aspectos mais marcantes da realidade dos operários do ABC, em particular, e a partir da reconstrução artística atingir um plano mais universal, humano e por isso mesmo, pleno de História.

As "reuniões-ensaio" do Forja apresentam duas características de fundamental importância tanto para o trabalho artístico — o teatro — como para o

chamado trabalho de "enraizamento do sindicato no meio da classe trabalhadora".

Criação Coletiva

As "reuniões-ensaio" do Forja funcionam como um laboratório para a criação artística e também como um fórum de debate e análise dos mais diversos problemas da realidade brasileira. Discutimos desde questões da fábrica até, eventualmente, aspectos da conjuntura internacional.

Dessa discussão surgem os temas para as peças que vamos encenar. Às vezes ocorre o inverso, intuímos um tema e mergulhamos na realidade das fábricas e dos bairros para conferir se o que pretendemos realizar está sendo sentido e vivido pelos trabalhadores ou que poderá vir a sê-lo.

Cada companheiro do Forja encarrega-se de estudar, analisar e apresentar ao Grupo, os aspectos mais importantes que conseguiu apurar na fábrica onde trabalha ou no bairro onde mora.

Depois de todas as observações e enfoques trazidos, abre-se o debate para se eleger o que melhor se enquadra aos nossos objetivos.

Definido o tema, o Forja entra numa

CINCO ANOS DE TEATRO

O Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema surgiu em maio de 1979 em meio ao processo grevista da categoria. Ao longo destes anos, o Forja criou coletivamente vários espetáculos teatrais, tanto para palco (salas fechadas), como "teatro de rua", para ser apresentado em praças, ruas ou estádios de futebol.

Cronologicamente, o Forja produziu: "PENSÃO LIBERDADE" em 1979, "A Greve de 80 e o Julgamento Popular da Lei de Segurança Nacional" e "OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO" em 1981, "O ROBÔ QUE VIROU PEÃO" e "PESADELO" em

1.982, "BRASIL S/A" em 1983, "DIRETAS, VOLVER!" em 1984, tendo ainda produzido "O GRITO DA FAPELA" documentário em Super-8 em 1.981.

Alguns destes trabalhos estão em livros editados pela Editora HUCITEC: "PENSÃO LIBERDADE" e "PESADELO".

Com certa regularidade e presença dentro do Sindicato, o Grupo de Teatro Forja faz parte do processo cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Deve-se no entanto ressaltar que além do Sindicato o Forja atua nos bairros e vilas onde reside grande parte dos trabalhadores metalúrgicos da região.



Nas duas fotos, cenas de peça "Brasil S/A" apresentada no Estádio de Vila Euclides em 1983.

outra fase um pouco mais complexa: a criação artística propriamente dita: elaboração da trama, criação de personagens, diálogos, etc. Durante este período tudo é anotado. O que é descartado de imediato fica arquivado para necessidades futuras. Mesmo porque, falas e certas expressões são muito próprias, pois são os próprios trabalhadores que estão criando.

Neste período, todos têm a responsabilidade, durante a semana, de criar personagens, "bolar" situações para os personagens ou até mesmo inventar diálogos. Nas "reuniões-ensaio" cada um apresenta o fruto do seu trabalho e discute-se. Porém, quando não se conseguiu produzir nada durante uma semana, dividimo-nos em vários grupos (3 ou mais pessoas em cada grupo) e procuramos conjuntamente criar o que for preciso. Depois disso reúne-se todos os grupos para apresentarem o que foi produzido. Discutimos e selecionamos o que de mais rico ou adequado se conseguiu em cada grupo. Às vezes juntamos partes dos diferentes grupos ou elegemos apenas o trabalho de um deles por atender melhor as nossas exigências.

As exigências artísticas e culturais do Grupo, em virtude desse processo e também pelo desdobramento da própria realidade concreta dos trabalhado-

res, tem evoluído a cada trabalho e colocado novos desafios.

Aparentemente nada de muito importante está acontecendo. Mas, se atentarmos bem, cada operário do Forja ao realizar este processo, está desenvolvendo uma atividade fundamental se pensarmos em termos de classe operária e o papel de produzir intelectualmente. Ou seja, além de produzir as mercadorias para os patrões estes operários estão também pensando sobre a sua condição de vida e da própria classe.

E mais, quando os operários de uma fábrica descobrem que o seu companheiro de seção é "fazedor" de teatro no Sindicato, a conversa sobre futebol, televisão, etc, cede lugar para outro tipo de diálogo: sobre sindicato, sobre a peça que vai ser montada pelo Grupo e como decorrência, outros assuntos que "normalmente" não se discutem.

O processo de criação coletiva, ao mesmo tempo que tem possibilitado o crescimento e desenvolvimento individual e coletivo, é na prática o exercício para uma nova forma de organização social, para se viver um outro tipo de sociedade. Sabemos o quanto a forma de organização social burguesa tem amesquinhado e tornado o homem cada vez mais individualizado, competitivo e egoísta, mas não temos noção da riqueza artística que a humanidade pode criar coletivamente.

A criação artística coletiva nos aponta para as possibilidades de fazer emergir um potencial da cultura popular, que esparsa e eventualmente, tem manifestado de forma individualizada e que a indústria cultural burguesa tenta absorver e controlar.

Cabe pois, fomentar, abrir espaços, para que individual e coletivamente os trabalhadores possam se manifestar delineando os pilares de nossa cultura, que sustentarão as novas formas de organização social pelas quais lutamos.

Sindicalismo

A existência do Grupo de Teatro Forja tem demonstrado a importância do trabalho cultural numa entidade sindical.

Primeiramente, pelo simples fato de oferecer uma opção de lazer à categoria metalúrgica do ABC paulista, cujo hábito, nesse sentido, limita-se no mais das vezes a assistir televisão. Este fato, aparentemente simples, tem sua importância cultural e política, pois aos domingos, por exemplo, a televisão des-

peja nas cabeças do povo em geral uma série de programas "fantásticos", exóticos, e muito futebol, que inevitavelmente serão discutidos arduamente nas fábricas. No entanto, quando o operário metalúrgico sai da sua casa (sai da frente da televisão) e vai ao Sindicato assistir a uma peça do Forja, seguramente o assunto da segunda-feira será outro. Tivemos inúmeras comprovações disso, através de relatos dos companheiros do próprio Grupo, de diretores do Sindicato e também dos membros das "Comissões de Fábrica" das grandes multinacionais da região.

Um segundo aspecto que deve ser ressaltado é o poder que um grupo de teatro tem de atrair operários que desejam praticar essa atividade. São operários que almejam aprender as técnicas do teatro ou expressar suas idéias através dessa arte milenar. São estes trabalhadores que praticamente asseguram a continuidade e a regularidade do trabalho cultural que o Forja tem realizado ao longo de cinco anos. Eles constituem o núcleo permanente da evolução cultural do Grupo. O desejo principal destes trabalhadores é **fazer teatro**. O objetivo é mostrar aos seus companheiros das fábricas que o operário tem capacidade de realizar um outro tipo de trabalho, a criação artística: um pro-

duto que não fica nas mãos do patrão. Apreende-se neste processo que o trabalhador pode desalienar-se em outras dimensões da vida. Ou seja, descobre-se que o operário pode vir a ser o dono de sua criação, do produto do seu trabalho, não só no teatro, mas também na fábrica.

Por si só esta já é uma tarefa importante, ou seja, o Sindicato propiciar espaço para que os trabalhadores criem intelectualmente e para que eles se manifestem.

Mas o processo é dinâmico e vai mais além, isto é, um grupo de Teatro no Sindicato pode atrair trabalhadores que não são mobilizados pela luta sindical propriamente dita. Em outros termos, trabalhadores que não se preocupam em frequentar as assembleias e outras atividades do Sindicato, demonstram interesse em participar do grupo de teatro. No Forja, por exemplo, temos companheiros que nem sabiam onde era o Sindicato, muito menos o seu significado. Hoje a maioria destes companheiros atua como militante sindical, quer dentro da fábrica ou no próprio Sindicato.

Tin Urbinatti é coordenador do Grupo de Teatro Forja e assessor cultural do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.



Uma tecnologia de morte?

Rogério Valle

Como nasceram os robôs? O que é a automação industrial? Quais as consequências desse processo para o trabalhador? E no Brasil, como ele é vivido e quem o orienta? Rogério Valle tenta responder a essas e outras perguntas sobre o inquietante movimento de substituição de mão-de-obra nas indústrias e suas consequências.

Por detrás de todos os robôs, de todas as calculadoras de bolso, de todos os microcomputadores, há uma nova técnica: a microeletrônica. O que um dia já foi feito com válvulas e, mais tarde, com transistores é feito hoje com umas pecinhas chamadas **chips**. A capacidade aumentou e o tamanho diminuiu: o trabalho que até há pouco tempo era realizado com um enorme computador, das dimensões de uma grande sala, hoje é tarefa para um microcomputador grande como uma máquina de escrever.

O primeiro uso para a microeletrônica dentro das fábricas foi a **máquina-ferramenta com controle numérico**. Ela altera a forma de comandar uma máquina. Vejamos, por exemplo, o que ela muda no torno mecânico:

No torno comum:

1) O operário coloca a peça a ser fabricada no torno;

2) O operário lê o desenho da peça e regula a máquina, isto é, determina o movimento correto da peça de forma a que ela seja debastada, nos lugares certos, pela ferramenta de corte;

3) O operário pára a máquina sempre que for necessário mudar a regulação;

4) Ao fim do trabalho, o operário tira a peça e faz algumas medições, para ver se a peça ficou certa.

No torno com controle numérico:

1) O operário coloca a peça a ser fabricada no torno;

2) A máquina se movimenta conforme as instruções que recebe de um "computadorzinho" (isto é, a coisa se dá de máquina para máquina). Este "computadorzinho" segue as instruções de uma fita, que foi gravada anteriormente por um trabalhador, o "programador";

3) O operário só olha para ver se tudo sai como previsto. Quando o trabalho acaba, ele tira a peça da máquina. Frequentemente, ele não faz medição nenhuma.

Desde então, a microeletrônica passou a ser usada em muitas outras funções dentro da fábrica, até que, bem mais tarde, foram introduzidos, na indústria automobilística, os robôs. A palavra robô já existia há muitos anos e os pesquisadores e cientistas das empresas estavam ansiosos por poder empregá-la para designar uma máquina; assim, tão logo conseguiram fazer uma máquina que conseguisse repetir uma porção de movimentos pré-determinados, mas que tivesse também certa capacidade de modificar seu comportamento antes de cometer algum erro, chamaram esta máquina de **robô**. Esta última exigência — perceber quando vai errar em algo — é que foi a mais difícil de conseguir. Por exemplo: em uma fábrica em um país estrangeiro, uns engenheiros estavam construindo um dos primeiros robôs para pintar automóveis. O robô esperava parado até que surgisse uma carroceria na sua frente, começava então a pintá-la, da frente para trás, até que ela estivesse toda pintada; então o robô parava e a carroceria seguia adiante, para o próximo posto-de-trabalho. Os engenheiros ficaram contentes e foram então tomar um café. Não perceberam que cada carroceria que passava diante do robô tinha suas peculiaridades: umas chega-

vam um segundo atrasadas, outras um segundo adiantadas, umas paravam um milímetro antes, outras um milímetro depois. Afinal, a linha de montagem não é tão precisa quanto um relógio suíço. E o pior é que o erro de uma se somava ao erro da outra. Moral da história: quando os engenheiros voltaram, viram que havia um momento em que o robô começava a pintar o ar, enquanto um pedaço da traseira do carro saía sem tinta. Então os engenheiros conseguiram criar um dispositivo que avisasse ao robô a posição correta de



cada carroceria, o que resolveu o problema. Este exemplo mostra um pouco as **qualidades que deve ter um robô**:

1) **Aprender** a tarefa (no exemplo acima, o robô tem que aprender onde pintar, quanta tinta usar, etc);

2) Ter uma certa "sensibilidade": o robô tem que ser capaz de **perceber** um fato novo (no caso acima, que a carroceria não está na posição certa, etc);

3) Tem que **analisar** aquilo que **perceber** pra ver o que fazer;

4) Tem que poder **modificar** o seu comportamento, conforme a **análise** que fez.

Não é fácil conseguir tudo isto. Para responder a 1^a exigência, por exemplo, um dos artifícios empregados pelas fábricas é o seguinte: colocar um aparelho bem leve na mão de um operário experiente e mandá-lo pintar a carroceria normalmente. Este aparelhinho manda então para um computador todas as informações sobre os movimentos da mão do operário; depois, o operário sai de cena e entra o robô: o computador passa a controlar a "mão" do robô, que repete exatamente os movimentos do operário. Dá o que pensar, não?

Em suma: para a empresa (que está preocupada é com o seu capital), o robô é uma máquina que substitui um operário. Um livro técnico, editado no Brasil, diz que "um robô é um sistema que reproduz, multiplicando, a ação humana". Parece até que o robô é gente, ou melhor, mais gente até do que os operários, já que ele trabalha mais rápido... Com o robô, a empresa quer esquecer que existem operários, mas entre desejo e realidade, vai uma distância muito grande! Na verdade não há ainda nada que se assemelhe àquele robô tão "humano" do seriado de TV "Perdidos no Espaço". Para início de conversa, cada robô só serve para uma tarefa. Não dá pra usar um robô de solda pra fazer uma pintura. Além disso, na prática, encontramos ainda poucos tipos de robôs: em geral, os de solda, de pintura, de movimentação de peças e carga e de medição.

Mas a automação é muito mais do que os robôs e as máquinas de controle numérico. A microeletrônica não está simplesmente modificando as máquinas: está transformando a fábrica inteira. Isto quer dizer o seguinte: a automação está mexendo também naquelas tarefas que são executadas por engenheiros e chefes, como por exemplo:



- projetar a peça e fazer os desenhos;
- fazer o plano de fabricação da peça: que máquinas serão empregadas, que matéria-prima, etc;
- controlar o funcionamento das máquinas: manutenção, etc;
- controlar o trabalho dos operários: exigir uma produção maior, verificar as faltas, etc;
- verificar o suprimento, fazer orçamento, etc;

Os operários não podem nem entrar nas salas onde estes planos e controles são feitos, mas tudo isto tem uma grande influência sobre o trabalho deles. Com a automação, por exemplo, o entrosamento das máquinas é controlado pelo computador. E como quem controla o computador são os chefes, já se sabe o que acontece: as máquinas vão ter que funcionar mais rápido; os operários perdem aquele tempinho para ir ao banheiro, chupar laranja, etc. As vezes, porém, a questão não é só esta: há casos em que é impossível fazer uma peça manualmente e o controle numérico precisa ser usado. Ma estes casos são raros.

Há outra coisa muito importante para a empresa: o homem é um bicho indeterminado, você nunca sabe direito o que ele vai realmente fazer; já a máquina é (em princípio) previsível, precisa; a máquina tem uma regularidade, o que agrada muito ao capital. Observe aquele exemplo que demos no começo, o do torno mecânico: no torno comum, o tempo necessário para produzir uma peça depende do operário; no torno com controle numérico, depende só da máquina.

O que o Capital quer, então, é fazer

com que a regularidade da máquina dê o ritmo da fábrica inteira; se possível, constrói-se uma fábrica novinha, toda ela já controlada por computadores.

Problemas que surgem na vida real

Mas aí percebe-se que a automação não é algo tão simples. Primeiro, porque há no mercado uma enorme variedade de sistemas disponíveis para as empresas; não é fácil escolher um, às vezes uma empresa escolhe um sistema e logo depois surge um muito melhor no mercado. Além disto, a escolha pode levar a empresa e ficar para sempre dependente dos fabricantes dos equipamentos ou dos fornecedores da programação para as máquinas. Em primeiro lugar, a implantação destes sistemas sempre sai mais cara do que se imaginava; às vezes os equipamentos ficam até baratos perto dos gastos para botar o sistema funcionando. E depois, o que dizer do Brasil, onde o salário dos trabalhadores que a automação substitui é tão baixo, e onde, em geral, a máquina vira sucata antes de se pagar? Nestes casos, o que os empresários buscam ao automatizar as empresas é ou obedecer a exigência do capitalismo internacional, ou (caso de multinacionais) padronizar sua produção no mundo inteiro, ou entrar em contato com uma tecnologia nova, ou simplesmente seguir a moda. Diz-se também que a principal razão da automação no Brasil é a preocupação com a obtenção de uma elevada **flexibilidade** na produção de forma a atender os mais variados pedidos de

Rogério Valle é engenheiro formado pelo IME, e mestre pela Coppe da UFRJ com tese sobre a questão da automação e processo de trabalho da Indústria Naval.

compradores de mercadorias brasileiras no exterior, em uma conjuntura internacional onde o fato de um país ter salários mais baixos não o ajuda a vender melhor os seus produtos, já que agora as fábricas do mundo inteiro estão automatizadas e o peso dos salários não conta tanto. Mas aí é que está o problema. Tomemos por exemplo o uso em nosso país do controle numérico (que tem fama de aumentar a flexibilidade das fábricas). Há estudos que garantem que é duvidoso que o controle numérico tenha trazido alguma vantagem real, quando se compara os seus resultados com os métodos anteriores; isto aconteceria porque é muito difícil fazer o resto da produção sair na cadência incrementada das máquinas com controle numérico.

Mas parece que esta história de flexibilidade não vale para as multinacionais que fabricam automóveis no Brasil. Elas estão instalando muitos robôs, e um robô é a máquina mais inflexível que existe. Uma fábrica cheia de robôs tem uma produção enorme, e aí é preciso encontrar mercados no exterior para esta produção. Em suma: o comércio externo puxa a necessidade da automação e a automação puxa a dependência do comércio externo. E cada vez mais o país vive para o Exterior. Este exemplo traz à nossa discussão uma realidade bem dramática: a tecnologia no Brasil tem seus passos muito dependentes do jogo do comércio internacional. E este jogo é controlado hoje pelas empresas multinacionais. Estas procuram então ditar os rumos da automação no Brasil, não apenas quanto a robôs, mas também quanto à produção de toda máquina ou equipamento com uso da microeletrônica.

A política de automação no Brasil

Aí entra em cena um novo personagem: a Secretaria Especial de Informática, órgão ligado ao Conselho de Segurança Nacional, destinado a "planejar e coordenar as iniciativas privadas em automação". A SEI, comandada por militares, está em permanente conflito com as multinacionais que operam no país, devido à questão da "**Reserva de Mercado**": uma proibição de importação de qualquer coisa na área de Informática que já seja (bem ou mal) produzida no país. As multinacionais (como a IBM, a Olivetti, etc), ficam furiosas com isto; os seus eternos (e bem pagos) colaboradores dizem que ela "impede o progresso do país", etc



etc. Os engenheiros e economistas menos comprometidos com o capital transnacional apóiam logo a SEI e o seu nacionalismo; afinal, tudo se passa como se só houvesse duas opções: a SEI, com o seu nacionalismo; e as multinacionais, com o seu vampirismo.

E os trabalhadores nisto tudo?

A tecnologia não é só um "problema técnico", seja dentro, seja fora das empresas. Muitas empresas compram equipamentos sofisticados de automação só porque alguns engenheiros sabem que assim passarão a ter mais poder; poderão até chegar a diretor, aproveitando a "onda" da automação e se fazendo padrinhos da idéia. Também as relações de poder **entre** as empresas são afetadas pela automação. Uma certa empresa investiu milhões em máquinas automatizadas para produzir peças para o "carro mundial" de uma multinacional; um belo dia, esta multinacional dá um telegrama para a empresa e avisa que mudou de idéia e adiou os seus planos do tal "carro mundial". Há também, como já vimos, uma mudança nas relações de poder ao nível da produção, que afetam diretamente os operários: controle do trabalho mais rígido, desempenho, mudanças na "qualificação". Portanto, a automação mexe a fundo com as relações sociais, dentro e fora das fábricas. E o que temos no Brasil? Temos que os empresários se julgam no direito de tomar todas as decisões, porque, afinal, "as fábricas são suas". São obrigados, é claro, a aceitar a presença dos militares da SEI, que estão preocupados com a "Segurança Nacional". Mas mais que isto... de jeito nenhum.

Eles é que decidem o que vai ser produzido com automação, que fábricas serão automatizadas...

Mas dependendo de onde ela seja aplicada, a automação pode assumir personalidades bastante diferentes. Pode provocar mais ou menos desemprego, conforme a maneira que seja usada. Pode ser usada para eliminar postos-de-trabalho onde há muita insalubridade ou periculosidade, ou não. Pode aumentar o gosto pelo trabalho dos operários que têm uma paixão pela Mecânica ou Eletrônica, mas pode também transformá-los em vigias de máquinas. Pode eliminar burocracia ou pode aumentá-la, passando a fazer ainda mais exigências, já que os computadores têm uma grande capacidade de armazenamento de dados. Quem decide por um lado ou por outro? Enquanto toda a decisão ficar na mão dos empresários, a automação será sempre uma tecnologia de morte, porque os empresários só querem saber de uma coisa: lucro. A técnica produzida pela fome de lucro do Capital é sempre uma técnica de desemprego, de acidentes, de controle, de nenhum prazer pelo trabalho. A vida do capital produz uma **Tecnologia de Morte**.

Que fazem os trabalhadores? Só podem lutar pela vida, a vida deles e de suas famílias. Na Alemanha Ocidental, por exemplo os operários estão fazendo um movimento grevista para exigir 35 horas semanais de trabalho, sem redução de salário. No Brasil, os trabalhadores começam a perceber a importância de conhecer melhor a problemática da automação; é indispensável, por exemplo, que os trabalhadores tenham um acesso constante às informações que dizem respeito às mudanças técnicas na produção. Assim poderia ser evitado o quadro que temos hoje: os empresários mantêm a fábrica inteira amedrontada com a ameaça da automação e os operários só ficam sabendo **onde** e **quando** ela vai ocorrer, quando vêm as máquinas chegar. Os empresários fazem isto porque sabem que os operários vão resistir a estas mudanças; esta é uma forma de eles confessarem que sabem que a reprodução do capital deles vai contra a reprodução da vida dos trabalhadores. Quem vai ganhar esta luta? Quem quiser, pode aceitar as palavras da Bíblia:

"Quem puder ser contado entre os vivos, este pode ainda ter esperança"
(Eclesiastes 9, 4)

O TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS CONDENA AS INTERVENÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS NA NICARÁGUA

Este artigo é um resumo do dossiê do *Tribunal Permanente dos Povos*. Reunido em Bruxelas, em outubro, teve como decisão a condenação da política de intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua. É importante destacar a necessidade de divulgar esse julgamento, devido ao boicote das agências internacionais, que impediu a divulgação na imprensa mundial.

Heloísa de Souza Martins

Em sua décima terceira sessão, o **Tribunal Permanente dos Povos** reuniu-se em Bruxelas, na Bélgica, de 5 a 8 de outubro deste ano, para julgar as intervenções dos Estados Unidos na Nicarágua. Quinze organizações de trabalhadores, mulheres e jovens nicaraguenses fizeram formalmente a denúncia junto ao Tribunal, acusando o governo dos EUA de ser "o responsável pela guerra imposta à Nicarágua e aos povos da

América Central". Sua esperança, e seu pedido, era de que o Tribunal ordenasse aos Estados Unidos, "cessar a guerra e todos os outros tipos de agressão e de intervenção contra a Nicarágua e seu governo para que eles pudessem, com a paz, reconstruir seu país livre, soberano e independente."

O Júri

Presidido por François Rigaud, jurista da Bélgica, o júri era composto de 15 outros intelectuais de diferentes países: George Wald, dos Estados Unidos, prêmio Nobel de Biologia; Victoria A. Honrubia, jurista da Espanha; Richard Baumlin, jurista da Suíça; George Casalis, teólogo da França; Harald Edelstam, diplomata da Suécia; Richard Falk, jurista dos Estados Unidos; Eduardo Galeano, escritor do Uruguai; Giulio Girardi, teólogo da Itália; François Houtart, sociólogo da Bélgica; Edmond Jouve, cientista político da França; Raimundo Panikkar, filósofo da Índia; Adolfo Perez Esquivel, prêmio Nobel da Paz, da Argentina; Salvatore Senese, magistrado da Itália e Ernst Utrecht, sociólogo da Indonésia.



Reconhecer a validade da doutrina de segurança nacional, significa para os povos oprimidos renunciar definitivamente aos seus sonhos de li-

Como todo Tribunal, este também recorreu a uma série de documentos, textos, depoimentos, tanto fornecidos pelos denunciantes como sugeridos pelo acusado. Antes do pronunciamento da sentença, o Tribunal Permanente dos Povos, consultou a Carta das Nações Unidas, a lei que instituiu o Tribunal militar de Nuremberg, a carta da Organização dos Estados Americanos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção de Havana, diferentes resoluções das Nações Unidas sobre soberania, intervenção, cooperação e agressão dos Estados, a Declaração de Independência dos EUA, entre outros. Considerou, também, as sentenças proferidas pelo Tribunal Russel

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção militar na Nicarágua

O TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS

II, sobre América Latina, nos anos de 1974, 1975 e 1976; as sentenças dadas pelo Tribunal Permanente dos Povos nas sessões sobre a Argentina (3 e 4 de maio de 1980), El Salvador (9 a 11 de fevereiro de 1981) e Guatemala (27 a 31 de janeiro de 1983). A Encíclica Populorum Progressio e os documentos das conferências de Medellin e Puebla, bem como a Declaração Universal dos Direitos dos Povos e o estatuto do Tribunal, igualmente forneceram elementos para a sentença. Os nicaraguenses colocaram à disposição do Tribunal material audiovisual, textos e documentação cartográfica, bem como apresentaram testemunhas vítimas de agressões, especialmente índios Miskitos, além do relato de especialistas nicaraguenses e estrangeiros, entre os quais os de Richard Falk, professor da Universidade de Princeton nos EUA, Marlene Dixon, diretora do Instituto para o Estudo do Militarismo e Crise Econômica, dos EUA, e Larry Birns, diretor do Conselho de Negócios do Hemisfério, de Washington, nos EUA.

A Defesa

O Tribunal Permanente dos Povos convidou o Governo dos EUA para que apresentasse a sua defesa, mas este se absteve de tomar parte nos debates. O próprio Tribunal tomou a iniciativa de convidar um jurista do War College e dois outros especialistas da CIA, mas estes também se recusaram. Ainda por iniciativa do Tribunal foi convidado um especialista em direito internacional, professor da Universidade de Illinois, nos EUA, Francis Boyle. Este aceitou, apresentando entretanto, uma condição: se limitaria a apresentar a posição oficial do Governo dos EUA sobre a Nicarágua, ouvindo para isso os três especialistas anteriormente convidados.

O texto da sentença reproduz em suas vinte e seis páginas, de uma maneira geral, os pontos principais de acusação e da defesa. Os nicaraguenses apresentaram provas a respeito da desestabilização e do estado de guerra geral, representados pelas intervenções políticas, militares, econômicas e ideológicas dos Estados Unidos. Desde 1981 tem crescido o número de ataques, os atos de sabotagem, de terrorismo e atos de guerra perpetrados pelos contra-revolucionários com o apoio dos EUA, Honduras e Costa Rica. De

“O funcionamento do Tribunal Permanente dos Povos se inscreve em um quadro jurídico estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos dos Povos, adotada em Alger em 4 de julho de 1976.

O Tribunal tem como principal objetivo a afirmação do direito de cada povo de escolher livremente as vias de seu desenvolvimento político, econômico, cultural e ideológico, sem nenhuma ingerência exterior.

A existência deste Tribunal é o resultado dos esforços de juristas e de autoridades morais originárias de todas as partes do mundo, unidos para constituir um órgão apto para decidir se as queixas fundamentais de um povo são fundamentadas. No caso presente, o Tribunal procurou verificar se as queixas dirigidas pelo povo e o governo da Nicarágua contra o governo americano foram estabelecidas segundo o direito internacional”.

1981 a 12 de setembro de 1984 ocorreram 64 casos de seqüestro, 42 de assalto, 30 assassinatos, 445 provocações, 289 infiltrações, 922 combates, 240 emboscadas, 345 ataques, 98 ações de sabotagem, ou seja, um total de 2.475 atos de agressão. A estes se juntam numerosos planos de agressão, já bem conhecidos, como atentados e bombardeamento de aeroportos, ataques a barcos, portos e depósitos de combustíveis, ataques a vilas e aldeias, como o realizado pelo helicóptero NH-500 à aldeia de Opali de Nueva Segovia a 1º de setembro de 1984.

O Tribunal, em face dos documentos, testemunhos e relatos apresentados conclui que tudo indica que o governo dos EUA e os governos por eles sustentados na região, Honduras principalmente e em menor grau a Costa Rica, são os responsáveis pelo apoio substancial aos contra-revolucionários, e o centro de elaboração da estratégia de agressão.

A Doutrina de Segurança Nacional

O que tem sustentado a política norteamericana para América Latina, especialmente durante o governo Reagan, tem sido a doutrina de segurança nacional. Segundo esta “a guerra é inerente à humanidade e engloba o elemento ideológico-político”. Trata-se, essencialmente, de defender o continente face à ameaça comunista e o triunfo sandinista é visto, como foi afirmado reiteradamente, como uma manifestação dessa ameaça. A permanência no poder do atual governo da

Nicarágua é encarada como um perigo e uma ameaça à estabilidade da região. É esta posição que justifica, segundo o governo norteamericano, o apoio à contra-revolução. Já a partir de 9 de março de 1981, o governo Reagan autorizou ações militares secretas contra a Nicarágua ao mesmo tempo que interrompia toda ajuda a este país e lançava contra ele uma guerra econômica e diplomática. Paralelamente a isso, os contra-revolucionários começam a receber ajuda, que vai desde o treinamento militar por parte das forças especiais dos EUA, até a ajuda financeira e de fornecimento de armamentos e aviões. Estes fatos têm sido relatados pela imprensa norteamericana e denunciados até pelo antigo embaixador em El Salvador, Robert White. Em dezembro de 1981 foi criada uma força militar contra-revolucionária de 500 homens. Em dezembro de 1982, a CIA comunicou ao Congresso norteamericano que as forças contra-revolucionárias eram compostas de 4.000 homens. No ano de 1983 essas forças chegaram, graças à ajuda norteamericana, a 10.000 combatentes. A ajuda financeira aos contra-revolucionários que em 1982 era de 19 milhões de dólares, passou em 1983 a 54 milhões de dólares. Atualmente, essa ajuda ultrapassa os 100 milhões de dólares. Como a oposição a essa ajuda cresceu bastante no Congresso norteamericano, o governo Reagan recorre a organizações privadas para repassar os meios de sustentar as tropas mercenárias.

Com relação às pressões econômicas, tudo indica que o governo Reagan tem como objetivo desestabilizar a eco-

nomia da Nicarágua. Para isso tem desenvolvido esforços no sentido de:

1 — impor uma substancial redução no acesso da Nicarágua ao comércio internacional em geral e impedir a importação dos bens necessários para satisfazer às necessidades fundamentais do país, tais como os produtos alimentícios e o material essencial para a reconstrução da economia;

2 — incitar as instituições monetárias internacionais (inclusive o FMI e o Banco Mundial) a recusar empréstimos de dinheiro à Nicarágua;

3 — sustentar e mesmo realizar ações que visam minar a reconstrução da economia nicaraguense, tal como o bloqueio de portos marítimos, a ajuda fornecida às forças armadas invasoras vindas de Honduras e Costa Rica e o treinamento de tais forças.

Todos esses atos têm dificultado bastante a reconstrução da economia nicaraguense. Esta economia, já prejudicada pela recessão econômica mundial, pela dívida externa herdada do governo de Somoza, ainda tem de enfrentar a política econômica hostil do governo Reagan, além das intervenções militares. O Tribunal considerou, entretanto, que é a agressão militar apoiada financeira e materialmente pelos Estados Unidos que provoca os custos econômicos e sociais mais elevados. Isto porque esses ataques atingem principalmente os setores da pecuária e da agricultura que são responsáveis pelo emprego de cerca de 45% da mão-de-obra e por 60% das divisas geradas pela exportação. A população camponesa foi duramente marcada: 478 trabalhadores foram mortos nos ataques dos contra-revolucionários e 581 trabalhadores fo-



Cena da Cruzada Nacional de Alfabetização da Nicarágua, em San Martin, pequeno povoado do Departamento de Zelaya.

ram seqüestrados. Cerca de 121 mil pessoas foram afastadas das zonas de conflito, reinstaladas em outros locais, tentando reorganizar suas economias familiares. O custo dessa operação atingiu mais de 550 milhões de córdobas. As perdas acumuladas nos setores agrícola e pecuário chegam a 176 milhões de córdobas, só no que se refere aos estragos na infraestrutura e no equipamento mecânico. Os prejuízos acarretados pela perda das colheitas atingem 196 milhões de córdobas. Uma estimativa mínima concernente a outros efeitos sobre esses setores atingem a cifra de 644 milhões de córdobas.

Com relação aos prejuízos e às perdas de produção no setor público para o resto da economia, foram estimados, para 1983, em 648 milhões de córdobas. Os danos foram particularmente importantes nos setores da silvicultura,

da pesca, da energia, do transporte e da construção. Todos os cálculos feitos são incompletos e não refletem a perda das vidas humanas, os sofrimentos de um povo, as consequências impossíveis de computar decorrentes da perda de hospitais e de escolas e, portanto, dos serviços que eles prestavam.

O Estado sandinista

Além dessas pressões militares e econômicas, o governo dos EUA tem difundido, para justificar sua intervenção, uma imagem do Estado sandinista, que coloca em discussão a legitimidade deste Estado, apresentando-o como uma ameaça militar, política e ideológica. Ou seja, a Nicarágua passa, assim, de vítima a agressor. O atual governo da Nicarágua é acusado de "marxista-leninista", submetido à hegemonia da União Soviética e que, por isso, instalou um regime totalitário no país, suprimiu as liberdades, violou os direitos humanos, especialmente perseguindo e exterminando as minorias indígenas. E é, acima de tudo, um governo anti-cristão. Nestas condições, a intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua aparece como uma cruzada para a defesa da democracia, da oposição oprimida, das minorias indígenas, da Igreja, da civilização ocidental cristã. Toda essa argumentação é essencialmente ideológica, não se baseando em fatos reais. Opondo-se a essa imagem da sua revolução, a Nicarágua denuncia que: "a doutrina da segurança nacional aplicada na Nicarágua coincide perfeitamente com aquela que é aplica-



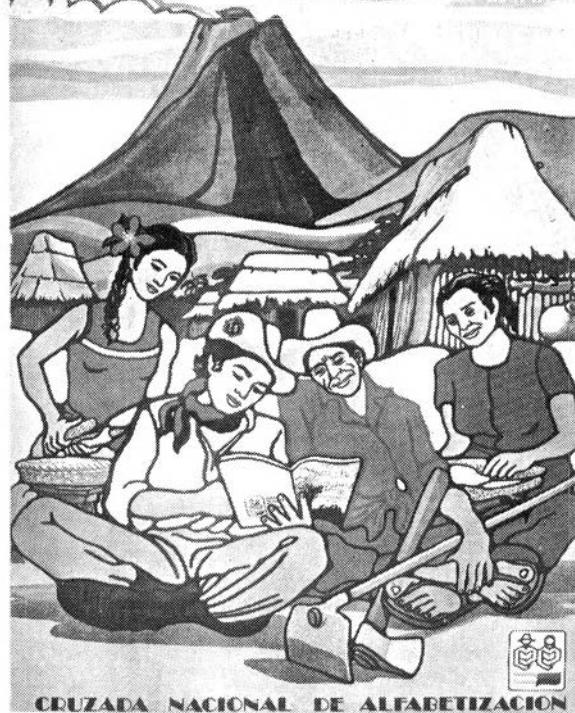
478 trabalhadores foram mortos nos ataques dos contra-revolucionários

da por todos os cantos do continente e particularmente no Cone Sul. Reconhecer a validade dessa doutrina, significa para os povos oprimidos renunciar definitivamente a seus sonhos de liberdade. Para os Estados Unidos, a campanha ideológica contra a Nicarágua se inscreve na sua luta pela hegemonia mundial. Hegemonia que é questionada justamente pela tentativa do povo da Nicarágua de quebrar a lógica dos blocos e de conquistar o direito de dispor de seu próprio destino; de romper com a cultura da dominação e do fatalismo, para instaurar uma cultura libertadora. Reprimindo as aspirações do povo nicaragüense e dos outros povos oprimidos, os Estados Unidos contradizem os ideais da revolução que os levou, há dois séculos, a conquistar seu próprio direito à vida e à liberdade".

Os Esforços de Paz

Apesar da situação de guerra contra a Nicarágua e dos fatos que comprovam a participação de Honduras e dos EUA, o governo da Nicarágua tem dado provas, desde o início da crise, de uma clara vontade de negociar, com vistas ao estabelecimento da paz. Vários fatos confirmam essa vontade. Em diferentes momentos (1981, 1982, 1983 e 1984), o governo nicaragüense teve contactos e fez propostas de negociações diretas com o governo dos Estados Unidos. Igualmente, tem realizado contactos e proposto negociação direta com Honduras.

Tem dado respostas favoráveis às iniciativas do grupo de Contadora, especialmente à proposta "Bases jurídicas para garantir a paz e a segurança internacionais entre os Estados da América Central", de 15 de outubro de 1983. No mesmo sentido, tomou a decisão, em setembro de 1984, de assinar a "Ata de Contadora", o que significa o engajamento multilateral para a paz. Mas, todas essas atitudes nicaragüenses favoráveis, têm esbarrado na intransigência dos EUA, na recusa, por parte de Honduras, de negociações bilaterais, nas organizações de reuniões dos países da América Central que excluem a Nicarágua. Esses fatos demonstram, claramente, que os Estados Unidos e seus aliados centroamericanos não pretendem nenhuma solução pacífica para o conflito. Por trás disso existe o interesse norteamericano de reforçar sua hegemonia na América Cen-



*Cartaz da
Cruzada Nacional
de Alfabetização.*

tral, excluindo a Nicarágua de toda ajuda econômica e social (subordinadas a condições políticas, é claro).

A defesa dos Estados Unidos, consistiu, substancialmente, na sustentação da tese da legítima defesa, conforme o direito das pessoas, e na acusação de que a Nicarágua "exporta" a revolução sandinista, ajudando os rebeldes salvadorenhos e fornecendo-lhes armas. Esta ação da Nicarágua significa uma agressão e uma intervenção nos negócios internos de El Salvador, justificando, portanto, não só a minagem dos portos nicaragüenses pelos EUA, como também a ajuda aos contrarrevolucionários. A alegação dos EUA é de "legítima defesa coletiva". Negam, entretanto, que pretendem derrubar o governo sandinista e que sejam responsáveis pela conduta dos "contra".

A Condenação

Considerando os fatos e após ter apreciado todas as provas apresentadas o Tribunal concluiu que os EUA não provaram a sua acusação principal contra a Nicarágua. Esta por sua vez, demonstrou que: as forças rebeldes que agem na fronteira e no interior da Nicarágua têm como objetivo desestabilizar e derrubar o governo de Manágua; essas forças são substancialmente equipadas e controladas pelos EUA, por intermédio da CIA; o governo norteamericano convece todos os esforços da Ni-

carágua pra chegar a uma solução negociada e pacífica; as operações militares e paramilitares provocaram graves sofrimentos e perdas para o povo nicaragüense; os Estados Unidos empreenderam manobras militares com fins de provocação e estabeleceram planos para uma invasão da Nicarágua em grande escala.

A decisão do Tribunal expõe todos os motivos que o levam a concluir que a acusação de agressão foi estabelecida e conclui o seguinte:

"Por esses motivos, o Tribunal
Condena as políticas seguidas pelos
Estados Unidos com relação à Nicarágua
como contrárias às regras do direito
internacional que interdizem a intervenção
nos negócios internos de um
Estado soberano e proíbem toda agres-
são de que ele seria objeto;

lembra que essas violações das regras
mais elementares da sociedade interna-
cional constituem crimes contra o di-
reito das pessoas;

declara que o direito do povo nicaragüense à autodeterminação e à inde-
pendência não pode ser ignorado sob
qualquer pretexto que seja;

faz um apelo à comunidade interna-
cional para que este direito seja preser-
vado e para que sejam perseguidos os
crimes que procuram negá-lo."

Heloisa de Souza Martins é professora do Departamento de Ciências Sociais da USP e colaboradora do programa Movimento Operário e Igreja no ABC, do CEDI.

bíblia hoje

(Continuação da página 24)

5. *Eis que serão tomados de terror, não havendo nada a temer, porque Deus há de dispersar os ossos de teu agressor, a quem tu destruirás porque Deus o rejeita.*

... foram tomados de terror e vão ficar assim, embora não devessem temer. Quem tem medo de uma barata esmagada debaixo do pé? Mas acontece que o Deus que eles não invocam está em todos aqueles que o invocam. Daí... Daí o quê? Daí que Deus sempre dispersa e confunde os que atrapalham seus planos:

"Tu, porém, vês a tribulação e as mágoas, observas para retribuir com as próprias mãos;

.....

Quebra o braço do ímpio!

Ao perverso pede contas de sua maldade até nada mais se encontrar" (Salmo 10.14,15).

Deus vai, pois, dispersar os ossos dos traidores (versão latino-americana), agressores, sitiadores, emboscadores. Como? Passe de mágica? Terremotos? Vulcões? Vendavais? Nada disso.

É aí que "tu destruirás", senão vejamos:

"Forjai de vossas relhas espadas e de vossas podadeiras lanças.

Que o fraco diga: 'Eu sou forte!'

Apressai-vos e vinde, todas as nações dos arredores, reuni-vos lá!

(Iaweh faz descer os teus heróis!)

Que partam e subam as nações ao vale de Josafá!

Sim, ali eu me sentarei para julgar todas as nações dos arredores.

Lançai a foice, porque a mesma está madura; Vinde, pisai, porque o lagar está cheio, as tintas transbordam, pois grande é a sua malícia."

(Joel 3.10 — 13)

"Eu sou um herói (forte)". Das relhas inocentes dos arados — não assustam ninguém — o forte vai fazer mísseis, metralhadoras; e das podadeiras, vai fazer balas.

6. *Queira Deus que de Sião venha a salvação de Israel!*

Quando Deus acabar com o cativeiro do seu povo, Jacó exultará, Israel se alegrará.

Oxalá Deus queira, agora, que do povo nasça a salvação do povo; e "O Senhor será rei para todo o sempre" (Salmo 10.16), quando forem banidos os canalhas do meio do povo. Então o povo dançará o samba da vitória num imenso sambódromo que vai ser o País; e "Que o homem extraído da terra não volte a semear o terror" (Salmo 10.18).

Para resumir:

- As raízes da desgraça estão no pecado estrutural de fazer e acontecer como se não houvesse Deus;
- Daí decorrem todas as desgraças semeadas que nem terror sobre toda uma população de indefesos governados;
- Somente os oprimidos é que vão acabar com isso e podem fazê-lo;
- Quando tudo acabar o povo se alegrará.

Quando, numa festa incrível, a dançarina pediu a Herodes a cabeça de João Batista e foi atendida, os amigos de João vieram para as proximidades do palácio chorar a morte do amigo e líder. Alguém, no meio da festa, disse a um Herodes embriagado, mas irritado: "Manda que eles se calem!" E Herodes, pensativo apesar do vinho: "Ninguém pode calar uma voz que clama no deserto". É o que narra o autor de "O Nazareno".

Carlos Cunha é pastor presbiteriano, teólogo e musicista, e membro da equipe da Pastoral Protestante do CEDI.

Assine as publicações do CEDI

Tempo e Presença — Revista Mensal .

Cr\$ 10.000,00 anuais (Brasil)

US\$ 116 (América Latina)

US\$ 122 (América do Norte)

US\$ 144 (Europa, África e Ásia)

O pedido de assinatura deverá ser feito através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP**

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Tel.: _____

Profissão: _____

Publicação que assina: _____

Aconteceu — Boletim

Cr\$ 5.000,00 anuais (Brasil)

US\$ 58.00 (América Latina)

US\$ 66.00 (América do Norte)

US\$ 72.00 (Europa, África e Ásia)

CEP: _____

Estado: _____

Idade: _____

Tu Destruirás

(Salmos 53 e 10)

Estudo bíblico apresentado na reunião de outubro da Pastoral Protestante do CEDI.

Carlos Cunha

Os dois salmos são expressões dramáticas de revolta contra as consequências do ateísmo prático que está hoje enraizado nas práticas da exploração e da tortura opressiva que são impostas ao povo. Todo progresso e toda civilização ficam abalados com as consequências de atos de pessoas que agem como se Deus não existisse. Vejamos!

1. Diz o insensato em seu coração:

“Não há Deus”.

Corrompem-se, cometem abominações;

Não há quem faça o bem.

Na prática, vemos que há uma porção de canalhas bem sucedidos, que estão de barriga cheia e andam cuspindo sua própria insolência quando proclamam, mais com atos do que com palavras: “Não há Deus para pedir contas” (Salmo 10.4). É isso que é a ideologia desse tipo de pessoa, por isso:

“Ele sempre prospera em todos os seus caminhos e, por estarem longe dele teus excelsos decretos, menospreza todos os que o contrariam.

Diz em seu coração: ‘Jamais serei abalado, de geração em geração, por desgraça alguma’.

Tem a boca cheia de imprecações, fraude e violência, e, sob a língua, miséria e tribulação.

Ele fica de emboscada perto das aldeias e, bem escondido, mata o inocente.

Seus olhos espreitam o desamparado, a quem, às escondidas, arma ciladas.

Como um leão que no covil fica de tocaia para assaltar o indefeso, assim ele assalta o indefeso, arrastando-o nas malhas; agacha-se, atira-se, e com toda a força cai sobre os desamparados.”

(Salmo 10.5 — 10)

2. Do céu, Deus observa os filhos dos homens para verificar se há algum sensato, se alguém busca a Deus.

Mas vão “entrar pelo cano”, porque, da janela do céu, Deus estica o pescoço para ver essa “turma da pesada”. Afinal o desamparado e o órfão estão sob os cuidados de Deus (Salmo 10.13). Sem dúvida essa raça forma uma turma bem unida. A gente vê a “solidariedade” dos banqueiros internacionais, dos poderosos. A coisa é de tal monta que os protestantes mais conservadores, fundamentalistas, todos anti-ecumênicos, estão “numa boa” com seus “inimigos”, os católicos e até simpatizam muito com o Papa.

3. Todos igualmente se extraviam e se corrompem; não há quem faça o bem, nenhum sequer.

Não conseguem fazer de fato nenhum bem. Todas as grandes providências desenvolvimentistas deles nada mais são que o café, o almoço e a janta deles.

4. Por acaso todos esses malfeiteiros não tomam consciência? Devorando o seu pão eles comem o meu povo sem defrontar-se com Deus.

Parece que nem é com eles. Chegam a dizer que a economia vai bem, que há superavit na balança de pagamentos e devoram o povo como se estivessem tranqüilos comendo pão, naturalmente com manteiga de muito boa qualidade. E mesmo que dêem graças e façam orações, não se defrontam, ou seja, não o invocam. Há toda uma prática religiosa de rezas e orações que nada tem a ver com a fé. Não passam de expressões teísticas que, no fundo são ateísticas. Mas, em toda a sua “farra”...

(Continua na página 23)